Revista Perspectivas Sociais
ISSN 2317-7438
DOI:

Artigo

Expressões da questão social no atendimento sócio-individual de vítimas de violência sexual

Everton Borges Ribeiro *
Edna Rosa Celes Luiz **
Ériko Batista Firmino de Souza***

Resumo
O aspecto relacional da violência a caracteriza como um fenômeno social, exigindo, para seu enfrentamento, a ampliação de conceitos, concepções e formas de intervenção. Este artigo analisa como as expressões da questão social se manifestam nos atendimentos sócio-individuais realizados pela equipe especializada de saúde voltadas ao cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em uma região da Cidade de São Paulo. Com base em uma pesquisa qualitativa documental, sustentada pela análise do discurso, o estudo examinou prontuários e registros referentes a cinco sujeitos envolvidos em quatro destes casos são de violência sexual contra meninas negras em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os resultados evidenciam a relação dialética e interdependente entre expressões subjetivas e objetivas da questão social, atravessadas por marcadores sociais como classe, raça e gênero. Observa-se como elementos simbólicos e materiais se entrecruzam na constituição das demandas de cuidado em saúde. Nesse contexto, o atendimento sócio-individual destaca-se como um recurso fundamental da prática do assistente social, por permitir o trânsito articulado entre as dimensões subjetivas e objetivas da realidade, mantendo a questão social como eixo central da intervenção.

Palavras-chave: Atendimento sócio-individual. Violência sexual. Questão social. Saúde mental. Crianças e adolescentes.

Expressions of the social question in the socio-individual care of victims of sexual violence

Abstract
The relational aspect of violence characterizes it as a social phenomenon, requiring, for its confrontation, an expansion of concepts, understandings, and forms of intervention. This article analyzes how the expressions of the social question manifest in socio-individual care provided by a specialized health team focused on caring for children and adolescents who are victims of sexual violence in a region of the city of São Paulo. Based on qualitative documentary research, supported by discourse analysis, the study examined records and documentation related to five subjects involved in four cases of sexual violence against Black girls in situations of socioeconomic vulnerability. The results highlight the dialectical and interdependent relationship between the subjective and objective expressions of the social question, intersected by social markers such as class, race, and gender. It is observed how symbolic and material elements intertwine in shaping healthcare demands. In this context, socio-individual care stands out as a fundamental resource in social work practice, as it allows for an articulated navigation between the subjective and objective dimensions of reality, keeping the social question as the central axis of intervention.

Keywords: Socio-individual intervention. Sexual violence. Social question. Mental health. Children and adolescents.

* Mestre em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.
E-mail: evertombor@hotmail.com

** Graduada em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social. E-mail: edna.luiz@monteazul.org.br

*** Especialista em Saúde Mental pela Universidade Federal de São Paulo.
E-mail: ebfs.social@gmail.com

A violência atinge crianças e adolescentes de formas cada vez mais complexas e exige, para seu enfrentamento, a ampliação de conceitos, concepções e formas de intervenção (Faleiros, 2005). O Ministério da Saúde, por meio da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (Brasil, 2005), define a violência contra crianças e adolescentes como um conjunto de agravos à saúde que podem ou não levar ao óbito, incluindo causas intencionais, como agressões e lesões autoprovocadas. A temática insere-se no conceito ampliado de saúde, abrangendo não apenas questões médicas e biomédicas, mas também aquelas relacionadas aos estilos de vida e ao conjunto de condicionantes sociais, históricos e ambientais nos quais a sociedade brasileira vive, trabalha, se relaciona e projeta seu futuro. Minayo (2003, p. 25) reconhece a violência como "múltipla", referindo-se a conflitos de autoridade, lutas por poder e busca de dominação do outro, aproximando esse fenômeno das relações sociais e evidenciando-o como sócio-histórico e, portanto, como fenômeno social indissociável da questão social, objeto da prática do assistente social.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação da Coordenação de Vigilância em Saúde da cidade de São Paulo aponta que, entre 2017 e 2023, foram notificados mais de 23 mil casos de violência contra crianças e adolescentes praticados por terceiros (São Paulo, 2024). Desses casos, 85% tinham meninas como vítimas, sendo que, entre elas, 49% eram meninas negras. Em 2019, o número de notificações anuais dobrou, passando de 1.629, em 2018, para 3.301. Na série histórica, os registros seguiram aumentando, atingindo 6.447 em 2023. Em média, ocorreram mais de três mil notificações anuais desse tipo de violência, o que equivale a 17 casos por dia - uma ocorrência a cada duas horas na cidade.

O aspecto relacional das violências contra crianças e adolescentes indica que diferentes marcadores sociais tendem a compor esse fenômeno. A violência de natureza sexual, por sua vez, é uma das manifestações que requer abordagem específica, por tratar-se de um fenômeno social fortemente marcado por questões morais que, não raramente, produzem preconceitos e reforçam mitos e tabus (Saffioti, 2015). A identidade de gênero, por exemplo, é um marcador social que evidencia a distinção entre a violência dirigida a meninos e a meninas, assim como os marcadores raciais também podem diferenciar a ocorrência de violência entre pessoas negras e não negras.

Diante desse cenário, foram implantadas, na cidade de São Paulo, as Equipes Especializadas no Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (EEV), que integram a rede de atenção secundária em saúde (São Paulo, 2021), vinculada à Secretaria Municipal da Saúde. Essas equipes visam oferecer cuidado especializado e multiprofissional a crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, bem como a seus familiares e/ou responsáveis, especialmente em casos de sofrimento psíquico intenso e vulnerabilidade psicossocial, com prioridade para os casos de violência sexual.

No contexto das EEV, o assistente social tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, resultantes de múltiplas desigualdades associadas a gênero, raça, diversidade sexual, meio ambiente e condições regionais e econômicas. Sua prática está alinhada a uma concepção ampliada de saúde, voltada à recriação da vida, e é exercida por meio da clínica ampliada. Especialmente no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de violência, esse profissional busca intervir nas construções sociais que sustentam essas dinâmicas.

Para os efeitos deste estudo, destacam-se os atendimentos sócio-individuais como uma prática fundamentada em uma abordagem ampliada e crítica (Paulino, 2011). Embora parta da atenção ao singular, situada no campo do conhecimento vinculado à subjetividade, tal prática considera o contexto e as relações entre o todo e a parte. Leva em conta os aspectos que compõem o cotidiano dos sujeitos e suas relações sociais e, por consequência, a própria questão social. Sua abordagem busca, necessariamente, incentivar a reflexão sobre as dinâmicas presentes no cotidiano dos sujeitos, em suas redes sociais, familiares, comunitárias e de apoio, em concomitância com o processo de reflexão crítica sobre suas experiências.

1. Os desafios do serviço social frente as perspectivas da questão social

A questão social configura-se como objeto e matéria-prima do Serviço Social e, tanto na sociedade quanto na profissão, assume formas diferenciadas de manifestação, mantendo, contudo, o mesmo fundamento central, baseado nas relações de desigualdade (Oliveira, 2010). Desse modo, na contemporaneidade, as expressões da questão social continuam sendo reformuladas em suas

múltiplas formas e camadas. Essas novas configurações não deixam de expressar, em seu fundamento, o processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, constituindo-se como parte da totalidade histórica concreta (Iamamoto, 2012).

A prática profissional do assistente social, especialmente nas áreas da saúde, saúde mental e violência, exige uma leitura crítica da realidade vivida pelos sujeitos, marcada por desigualdades e exclusões sociais. Isso requer "apreender a questão social" como a capacidade de captar "as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano", pois é no presente que se constroem "formas novas de viver" (Iamamoto, 2012, p. 114).

Essa prática convoca o profissional a refletir criticamente sobre as expressões da questão social, muitas vezes naturalizadas desde a infância, exigindo o reconhecimento das violações de direitos. A intervenção social deve articular o poder dos usuários e dos sujeitos, enfrentando as complexas relações do cotidiano e criando estratégias para garantir recursos, poder, agilidade, acesso, organização, informação e comunicação (Faleiros, 2013).

Nesse cenário de contradições, o assistente social desconstrói e reconstrói sua identidade profissional, enfrentando os estigmas e as barreiras estruturais de uma sociedade capitalista. A habilidade de ler e reler a realidade torna-se um desafio técnico e ético, pois o sujeito é, simultaneamente, singular e coletivo. Como afirma Morais (2021, p. 103), "é impossível se desvencilhar do campo da subjetividade" na prática profissional, sendo essa dimensão presente em todos os atendimentos. Faleiros (2013) destaca, como conceito central, as relações sociais e o papel do profissional em fortalecer os sujeitos por meio da expressão de suas vivências, crenças e projetos. Cabe ao assistente social "fazer expressar as representações do mundo", trabalhar a "desculpabilização do indivíduo" e promover o enfrentamento das condições de vida, reconhecendo o sujeito em sua totalidade e complexidade.

Nessa prática profissional, a leitura crítica das desigualdades de gênero, raça e classe torna-se imprescindível, pois permite uma aproximação da realidade vivida pelos sujeitos. Exige-se, no processo de trabalho, a decodificação das expressões da questão social em suas múltiplas facetas, que se materializam por meio da discriminação e/ou exclusão social.

A intervenção profissional no Serviço Social ocorre em um contexto marcado por contradições, exigindo a desconstrução de estigmas e de barreiras estruturais naturalizadas pela sociabilidade capitalista. Sustentado em Faleiros (2013), compreende-se que a construção de estratégias eficazes requer a articulação entre o poder dos usuários e a ação técnica dos profissionais, de modo a enfrentar vivências desafiadoras e garantir acesso a recursos e informações.

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção, bem como o atendimento individual, em suas diversas formas e perspectivas, como alternativa de ação do assistente social, sempre provocou reflexões sobre onde e como localizar as expressões da questão social no sujeito. Morais (2021, p. 19), em obra originada de sua dissertação de mestrado, dedicou-se a relacionar a prática do assistente social à subjetividade. Para o autor, os rebatimentos das "expressões da questão social" não são apenas materiais, mas também se objetivam e se subjetivam no sujeito singular, inserido no contexto da sociedade.

Para refletir sobre a conexão entre questão social, violência e sujeito, Passos (2023), recorrendo a Martin-Baró (2017), apresenta o conceito de trauma psicossocial como algo que não pode ser compreendido sem considerar sua intersecção com as relações sociais dos sujeitos, especialmente em contextos de violência, e com o contexto sócio-histórico de desigualdade social, como aquelas de ordem de gênero, raça e classe.

O Serviço Social, ao buscar um referencial teórico que oriente sua prática profissional, reconhece que o ser humano não pode ser dissociado entre dimensões objetivas e subjetivas. Para Paulino (2021), a função do assistente social no atendimento sócio-individual é mediar o processo para que a pessoa se reconheça como um ser histórico, humano e social. Para isso, é necessário considerar tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos do indivíduo, compreendendo-o em sua totalidade.

Passos (2023) afirma que, especialmente em contextos de sofrimento decorrente de violência, é nas relações de troca de experiências, afetos e informações que se moldam novos contornos para "existir além da dor". A autora enfatiza a necessidade de produzir estratégias de acolhimento e suporte, individuais e coletivas, que ampliem as redes de apoio, promovam a responsabilização comunitária, a escuta, a articulação com o território, a garantia de direitos e a promoção da liberdade.

No entanto, estabelecendo relação com o defendido por Morais (2021, p. 20), na prática do Serviço Social, essas múltiplas dimensões que atravessam as vítimas de violência e seus familiares "ainda parecem ser pouco conhecidas e carecem de mais estudos", mesmo entre os assistentes sociais, comprometendo o acompanhamento em saúde desses sujeitos.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo apresentar como as expressões da questão social se manifestam no decorrer de atendimentos sócio-individuais a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e a seus familiares, além de estimular colegas assistentes sociais a recorrerem a esse tipo de intervenção, especialmente no atendimento a esse público.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada em fonte documental e de caráter descritivo-exploratório, que considerou as expressões da questão social no decorrer dos atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como a seus familiares, realizados pela Equipe Especializada no Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, em uma região da zona sul da cidade de São Paulo, no estado de São Paulo.

Este estudo foi conduzido em conformidade com a Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e com a Resolução n.º 580, de 22 de março de 2018, que dispõe sobre pesquisas estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução n.º 466/2012, sob o CAAE 58795522.0.0000.0086, e pelo CEP/SMS do município de São Paulo, sob o parecer n.º 5.455.694. Os nomes dos participantes foram substituídos por nomes fictícios.

Para a análise do material documental, adotou-se o método de análise do discurso, com o objetivo de examinar os enunciados e identificar os processos de linguagem envolvidos na negociação de sentidos, nas performances, nos posicionamentos e nas relações de poder que possam emergir ao longo dos atendimentos. A coleta de dados ocorreu por meio da análise rigorosa das evoluções registradas nos prontuários e das anotações realizadas pelos profissionais durante o acompanhamento em saúde mental.

3. Resultados

Participaram do estudo cinco sujeitos, vinculados a quatro casos de violência sexual contra meninas negras, crianças ou adolescentes. As violências foram perpetradas por homens, parentes próximos das vítimas, e ocorreram em contextos de vulnerabilidade social, nos quais a renda familiar era inferior a um salário mínimo mensal. Todos os sujeitos permaneceram em acompanhamento na EEV, por meio de atendimentos sócio-individuais, por período superior a um ano.

A seleção dos participantes também considerou o tipo de vínculo estabelecido com a vítima de violência, sendo duas participantes vítimas diretas e três familiares ou responsáveis legais. A composição dos participantes é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 1: Participantes

Nome (fictício)	**Idade**	**Raça/cor**	**Tempo Permeância**	**Sexo**	**Renda Familiar** Por salário-mínimo (SM)	**Autor da Violência**	**Vínculo com a vítima**
Talib	43	Parda	Acima 2 anos	Masc	Até 1 SM	Pai	Autor da violênc
Wekesa	74	Preta	De 1 a 2 anos	Fem	Até 1 SM	Tio	Avó da vítima
Ya	12	Parda	Acima 2 anos	Fem	Até 1 SM	Tio	Própria vítima
Núbia	38	Preta	Acima 2 anos	Fem	Até 1 SM	Tio	Mãe da vítima
Dada	9	Preta	De 1 a 2 anos	Fem	Até ½ SM	Padrasto	Própria vítima

Fonte: elaboração própria

No decorrer da análise dos dados e da categorização dos temas identificados nos discursos - abordados nos atendimentos e nos relatos presentes nos prontuários -, foi possível organizar as expressões da questão social em duas dimensões: objetiva e subjetiva.

Para efeito deste estudo, consideram-se expressões objetivas aquelas relacionadas a questões de ordem material, que evidenciam desigualdades, vulnerabilidades sociais ou a violação de direitos humanos. Já as expressões subjetivas referem-se a aspectos simbólicos, como papéis sociais, ideais, valores morais e julgamentos, os quais decorrem da história de vida dos sujeitos e influenciam a constituição de sua identidade.

A partir da categorização dos dados, foi possível elaborar a seguinte tabela:

Tabela 2: Categorização dos dados

Categorias	Categorias empíricas	Subcategorias empíricas
Expressões Objetivas	Cuidado Familiar	Comportamentos protetivos Referências de cuidado
	Saúde Mental	Uso de substância psicoativas
	Violência Doméstica	Análise de Risco Medida Protetiva Social Medidas Protetivas Judiciais Responsabilização Judicial
	Vulnerabilidade Social	Inclusão Social Rede de apoio social Rede socioassistencial Acesso a direitos Violência Urbana Vulnerabilidade Econômica
Expressões Subjetivas	Cuidado Familiar	Maternidade Paternidade Transgeracionalidade Vinculo Familiar
	Marcadores Raciais	Autoafirmação racial Autodeclaração Identidade Racismo
	Saúde Mental	Acolhimento Repertório emocional
	Sexualidade	Aceitação Homofobia Identidade
	Violência Doméstica	Culpabilização da vítima Pacto do Silêncio Repercussão da violência Trauma psicossocial Validação da violência

Fonte: elaboração própria

Observou-se que as categorias empíricas Cuidado Familiar, Saúde Mental e Violência Doméstica puderam ser organizadas em expressões da questão social tanto objetivas quanto subjetivas. Esse achado pode ser compreendido a partir da análise das subcategorias empíricas, que se associam dialeticamente às dimensões mencionadas.

No caso de Cuidado Familiar, quando associado às subcategorias Comportamentos protetivos e Referências de cuidado, evidenciam-se contextos concretos, como a identificação dos adultos responsáveis pelo cuidado de crianças e/ou adolescentes e a avaliação de sua suficiência para protegê-los. Entretanto, a mesma categoria também se articula a temas como Maternidade, Paternidade, Transgeracionalidade e Vínculo familiar, em subcategorias mais relacionadas a papéis sociais, ideais e julgamentos, portanto, de natureza subjetiva.

De modo semelhante, a categoria empírica Violência Doméstica, ao incluir subcategorias como Responsabilizações legais e Medidas protetivas, expressa dimensões objetivas, vinculadas à violação de direitos e à atuação institucional. No entanto, durante o acompanhamento em saúde, essa mesma categoria também se associa a expressões subjetivas, como a culpabilização da vítima e a manutenção do chamado pacto de silêncio, fenômenos que refletem valores simbólicos, morais e culturais.

3.1 Expressões Subjetivas da questão social

O pacto de silêncio, amplamente reconhecido na literatura sobre violência doméstica, refere-se à resistência - muitas vezes inconsciente - de membros de um grupo familiar em reconhecer e/ou se posicionar diante da revelação da violência. O caso de Ya constitui uma importante ilustração dos rebatimentos da questão social sobre a subjetividade dos sujeitos.

O acolhimento de Ya pela EEV ocorreu em decorrência de sua condição de vítima de violência sexual, supostamente praticada por seu tio paterno - também seu padrinho -, com quem mantinha forte vínculo afetivo e de convivência, tanto com a família paterna quanto com a materna. Esse homem estaria envolvido com a criminalidade local, e a pouca repercussão da denúncia de violência tornou-se um elemento relevante durante o processo de cuidado, tanto para Ya quanto para sua mãe, Núbia.

Em determinado momento do acompanhamento de Ya, registra-se no prontuário:

> Sobre o sigilo da violência que sofreu, Ya demostra incomodada com isso, entendendo que isto protegeria seu padrinho "às pessoas precisam saber a pessoa ruim que ele é" (SIC), e segue reclamando do silenciamento, "ninguém fala nada, então eu vou falar" (SIC), parece ter inclusive planejado a forma de iniciar o assunto, não convidando ele ao seu aniversário. Mas pondera "não sei se minha madrinha vai acreditar em mim" (SIC). (Registro de prontuário de Ya, 12 anos, vítima de violência)

Para Ya, a pouca repercussão da violência sofrida - especialmente a naturalidade com que o padrinho continuava a se relacionar com ela - gerava sentimentos persistentes de injustiça ao longo de grande parte do acompanhamento. No entanto, essa baixa repercussão estava diretamente relacionada à insegurança da família em formalizar a denúncia, em razão do

suposto envolvimento do agressor com a criminalidade local. O que, para a família, representava uma postura de autopreservação e medo, para Ya assumia contornos subjetivos de descrédito e de não validação de sua fala e da revelação da violência sofrida.

Outro achado relevante foi observado no caso de Dadá, que associou elementos da discriminação racial à sua experiência como vítima de violência sexual durante o acompanhamento. Dadá foi acolhida pela equipe em decorrência da revelação de abuso sexual cometido por seu padrasto. Após a denúncia, ele separou-se imediatamente da mãe e não manteve mais contato com a família. No entanto, nos atendimentos iniciais, Dadá trouxe reflexões acerca de sua intimidade, relacionando-a à sua identidade como menina negra, o que revela o entrelaçamento entre raça, gênero, corpo e violência.

> Dadá acolhe a proposta de leitura do livro Lukenya (Dèlé, 2019). Interage bem com a leitura, quando foram abordados os temas ancestralidade e identidade da população negra. Reflete sobre os cabelos especificamente "o tesouro dela estava nos cabelos" (SIC), também fala sobre intimidade, também associando a pessoas que mexeriam em seu cabelo, "eu não gosto muito, não" (SIC). (Registro de prontuário de Dadá, 9 anos, vítima de violência).

Dadá inicia sua reflexão questionando a naturalização social em torno do toque físico direcionado a crianças, destacando que, por ser criança, percebia uma autorização tácita das pessoas para tocá-la. Ela estabelece uma distinção entre os toques que lhe eram significativos e afetivos, como os da mãe e da irmã ao trançarem seus cabelos, e aqueles que ocorriam sem seu consentimento. Ainda que esses últimos não tivessem, necessariamente, conotação sexual, Dadá compreendia-os como uma forma de invasão de sua intimidade. Essa análise, construída a partir de sua experiência subjetiva e referenciada na literatura acessada durante o acompanhamento, confere à sua vivência validade como sujeito de direitos, reconhecendo sua intimidade como dimensão integrante dos direitos sociais.

O caso de Talib, por sua vez, evidencia os desafios dos cuidados parentais em contextos marcados por múltiplas violências. Talib foi inicialmente acolhido pela equipe como autor de violência doméstica e suspeito de violência sexual contra uma de suas filhas. Fazia uso abusivo de substâncias psicoativas e encontrava-se afastado do convívio familiar, em razão de medida protetiva em

favor da ex-companheira. Posteriormente, passou a assumir a posição de principal figura protetiva dos filhos, enfrentando o processo de reconstrução de vínculos familiares e de reaproximação com as crianças. Em um dos atendimentos sócio-individuais, foi registrado:

> Dialogamos sobre as relações com os filhos, no qual Talib fala sobre palavras e expressões afetuosas que tem conseguido manifestar aos filhos. E observa uma abertura quanto a relação com a filha adolescente, que voltou a lhe chamar de pai(sic). Talib fala sobre novas experiências que vem construindo e vivenciando no âmbito familiar, como: cozinhar juntos, tocar música (banjo e cavaquinho) para os filhos, e proposta de organização e limpeza da casa com todos. (Registro de prontuário de Talib, 43 anos, autor da violência)

Talib vinha, gradativamente, resgatando e fortalecendo os vínculos com os filhos, experienciando a paternidade e construindo sua identidade enquanto homem negro e morador de território periférico. Nesse processo, reconhecia os desafios de assumir-se como principal referência de cuidado, proteção e afeto para seus filhos, em um contexto marcado por rupturas familiares, desigualdades sociais e estigmas associados à masculinidade negra.

3.2 Expressões objetivas da questão social

Quanto às expressões objetivas da questão social, destaca-se, novamente, o caso de Talib, especialmente ao se refletir sobre as demandas relacionadas à saúde mental e ao uso de substâncias psicoativas. Talib foi acolhido pela equipe com a demanda principal de resgatar os vínculos com os filhos. Durante o acompanhamento, observou-se que sua trajetória de vida estava fortemente atravessada pelo uso de substâncias, contexto no qual se constituíram seus vínculos comunitários, familiares e diversas experiências sociais no território.

O desejo de manter-se sóbrio era recorrente em suas falas nos atendimentos sócio-individuais, sendo a sobriedade concebida como um projeto de vida. O impacto provocado pelo afastamento dos filhos impulsionou Talib a buscar apoio, recursos e estratégias para a construção de novas possibilidades de convivência familiar. Compreendia que a abstinência era um caminho para resgatar a confiança dos filhos e das redes de apoio. No entanto, manter essa decisão revelou-se desafiador, uma vez que suas relações afetivas e sociais foram historicamente construídas em meio a vivências vinculadas ao uso de substâncias.

> Expressa suas questões quanto a organização financeira, e se manter abstinente. Menciona sobre suas decisões diárias para manutenção e prevenção de recaída de álcool, e outras drogas, visto que reconhece os gatilhos presentes. Talib fala sobre estratégias de manejo de prevenção de recaída, quanto ao uso de álcool. No qual reconhece que é necessário fortalecimento e cuidado contínuo. (Registro de prontuário de Talib, 43 anos, autor da violência)

Após o rompimento com o uso de substâncias psicoativas, Talib também rompeu com vínculos anteriormente construídos no território, passando a se deparar com múltiplas demandas objetivas, tais como dificuldades financeiras e a necessidade de lidar com processos judiciais.

Outra expressão objetiva da questão social foi identificada no caso de Wekesa, acolhida pela EEV por ser a principal responsável pela neta, vítima de violência sexual. Durante o acompanhamento em saúde, Wekesa passou a relatar situações de violência doméstica que ela própria vivenciava em seu relacionamento conjugal. Mulher idosa, negra e aposentada, complementava sua renda com a venda de materiais recicláveis, o que revela um contexto de precariedade econômica e uma rede de apoio fragilizada, dificultando a possibilidade de rompimento com o relacionamento abusivo.

Resistente em denunciar o companheiro, com quem mantinha um relacionamento de mais de 40 anos - um homem também idoso, com uso problemático de álcool e trabalhador da construção civil -, Wekesa passou a considerar, no decorrer do atendimento, elementos de uma análise de risco pessoal, refletindo sobre formas de proteção diante da iminência de violência grave ou fatal. Tal contexto evidencia os limites estruturais enfrentados por mulheres em situação de violência, especialmente quando atravessadas por marcadores de gênero, raça, classe e geração, que condicionam sua capacidade de ação e acesso a direitos.

> Wekesa fala sobre seu companheiro, que faz uso regular e abusivo de álcool. Apresenta variados episódios de conflitos com o marido, com violências psicológicas e morais contra ela... Dona Wekesa declara ter ficado com medo do que ele poderia fazer, contra ela, buscando não contrariá-lo, mas que "nunca se sabe quando ele pode virar a cabeça"(SIC)... Falamos então em rotas de fuga, para proteger-se e as netas, diante da ameaça eminente do marido e ela considera trancar-se em seu quarto, enquanto chamaria a polícia... Fala sobre expectativas de sair de sua casa, "não quero terminar minha vida assim, vivendo com ele (marido)"(SIC), mas que dependeria de sua inscrição em programas habitacionais.*(Registro de prontuário de Wekesa, 74 anos, avó da vítima)*

Ainda que as reflexões de Wekesa lhe evidenciassem, de forma objetiva, os riscos envolvidos na manutenção do relacionamento conjugal, a condição de vulnerabilidade social e econômica em que vivia impunha dilemas complexos, tornando essa situação uma demanda central a ser acolhida no contexto do cuidado em saúde, em articulação com os serviços da rede socioassistencial. Apenas após um processo de sensibilização, que se estendeu por mais de oito meses de atendimentos semanais, Wekesa aceitou ser encaminhada para um serviço especializado no atendimento a mulheres em situação de violência, à medida que os episódios de agressão se tornaram mais intensos e frequentes.

Dilema semelhante foi vivenciado por Núbia (mãe de Ya, mulher negra, nordestina e trabalhadora doméstica), que demonstrava insegurança diante da possibilidade de formalizar a denúncia da violência sexual sofrida pela filha, em razão da relação do suposto agressor com a criminalidade local. Essa insegurança, alimentada pelo medo de represálias, impôs barreiras significativas ao acesso à justiça e à proteção integral da criança, evidenciando a complexidade das expressões da questão social em contextos atravessados por múltiplas formas de opressão.

> Fala que a própria Ya já começa a manifestar preocupação com o que o suposto autor da violência, seria capaz de fazer, e reproduz a fala da filha "ele já queimou um homem... E se ele fizer alguma coisa com a senhora" (SIC)... Núbia demonstra se esgotada com a situação, mas reconhece seus esforços e sustentar a proteção da filha. Quanto a sua própria proteção, analisa pedir ajuda a amigas ou passar a pernoitar em seu trabalho. *(Registro de prontuário de Núbia, 38 anos, mãe de vítima de violência)*

Núbia demonstrava possuir uma análise crítica da situação vivenciada com sua filha, reconhecendo elementos objetivos que caracterizavam os riscos enfrentados. Além disso, identificava alternativas possíveis e reconhecia a existência de uma rede de apoio familiar que validava suas preocupações e se mostrava disposta a colaborar no enfrentamento da situação.

4. Discussão

Os resultados desta pesquisa ilustram a relação dialética e dialógica entre as expressões subjetivas e objetivas da questão social, situadas nas condições históricas e sociais que, na dinâmica concreta da realidade, individualizam a experiência (Morais, 2021). No caso da violência sexual contra

crianças e adolescentes, observa-se que suas repercussões incidem de maneira singular sobre cada sujeito envolvido, comprometendo sua saúde mental de forma particular.

O caso de Ya evidencia a questão social no âmbito das relações familiares, sob uma perspectiva subjetiva, ao articular valores, papéis e ideais socialmente construídos que se refletem nos sujeitos de maneira individualizada. Diante disso, a forma como os membros de um grupo familiar reagem - ou não - à revelação de uma situação de violência sexual tende a ser de difícil previsão. No entanto, observou-se, durante o atendimento sócio-individual de Ya, que suas queixas em relação ao grupo familiar apontavam para um esforço coletivo de silenciamento da revelação da violência sofrida. Tal fenômeno é conceituado por Faleiros et al. (2009, p. 16) como conluio ou pacto do silêncio, que se define como:

> pode-se perceber uma ancoragem da representação do silencio na visão compartilhada de que a família deve ser um local de união e solidariedade, de confiança e de afeto, apesar dos conflitos que ela venha a vivenciar. A manutenção do ideal de família supõe o mito do amor dos pais pelos filhos e dos filhos pelos pais.

Romper com esse silêncio implicaria, precisamente, expor certo fracasso do ideal de família e, mais especificamente, do papel social atribuído ao tio e padrinho de Ya, que, contraditoriamente, figurava como autor de violência sexual. No entanto, é nesse mesmo caso que o atendimento sócio-individual de Núbia (mãe de Ya) revela rebatimentos distintos do pacto de silêncio, incidindo sobre expressões mais objetivas da questão social. O suposto envolvimento do autor da violência com a criminalidade local, somado ao histórico de violência presente no território, configura-se como expressão objetiva da questão social, comprometendo a postura de Núbia diante da repercussão da violência revelada por sua filha. Sentimentos como medo e preocupação impactaram sua saúde mental.

Para Passos (2023, p. 101), mulheres periféricas que vivem em comunidades como a de Núbia estão expostas a determinações sociais que repercutem diretamente sobre suas relações sociais. A autora refere-se ao entrelaçamento entre as relações sociais e os comportamentos associados às condições materiais, indicando que a consciência é influenciada e atravessada pela realidade social vivenciada pelo sujeito. Contudo, essa moldagem não a isenta de impactos sobre a saúde mental, uma vez que:

> É preciso identificar como o medo e a guerra moldam as experiências subjetivas na realidade brasileira e impactam diretamente na saúde mental da população negra. Isso significa que nos processos de subjetivação, ou seja, na maneira como os indivíduos se constituem e organizam a dinâmica da vida, os impactos do terror se fazem presente.

O acolhimento de demandas como essas constitui uma tarefa complexa para o assistente social, que precisa transcender uma compreensão frequentemente associada ao indivíduo, às suas singularidades e emoções, e apreender os rebatimentos daquilo que lhe é externo, coletivo e social. Casos como os de Ya e Núbia evidenciam como os entrecruzamentos de elementos característicos da dimensão social, como classe social, desigualdade de gênero e violência urbana, aprofundam e ampliam as experiências de sofrimento das famílias.

O caso de Wekesa apresenta componentes semelhantes aos de Ya e Núbia, ao considerarmos seu contexto como vítima de violência doméstica. No entanto, observa-se, de forma mais explícita, a aplicação do conceito de rota crítica, conforme proposto por Schraiber et al. (2005), compreendido como o conjunto de decisões tomadas por mulheres em situação de violência no intuito de lidar com o problema. Para os autores, esse percurso é constantemente modificado pelas respostas que a mulher recebe das pessoas e/ou instituições procuradas, bem como por suas próprias motivações. Essa compreensão é ilustrada por Wekesa, que, mesmo reconhecendo os riscos de manter o relacionamento conjugal, inicialmente não procurou apoio judicial ou institucional de segurança pública.

O não julgamento e o respeito às decisões de Wekesa foram fatores fundamentais para a continuidade da rota crítica. Assim como apontado por Schraiber et al. (2005, p. 128), as dificuldades econômicas, "a fragilidade da rede de apoio e os processos subjetivos próprios da vivência de mulheres em tais condições contribuíram para que a busca por uma saída mais efetiva da situação de violência fosse tardia". Um dos principais propulsores da mudança na decisão de Wekesa foi o agravamento das violências sofridas.

O processo de sensibilização de Wekesa, no sentido da busca por um serviço especializado de atendimento a mulheres em situação de violência, desenvolveu-se ao longo de atendimentos sócio-individuais, regulares e semanais. Esse processo respeitou sua subjetividade, mesmo diante de

expressões tão objetivas da questão social como a violência doméstica. Um recurso imprescindível nesse contexto é o da escuta qualificada, que promova uma reflexão crítica acerca da posição ocupada pelo sujeito, com suas vivências e individualidade, mediada pela garantia de seus direitos sociais (Morais, 2021).

Outra ilustração do atendimento sócio-individual como recurso profissional para a promoção dessa escuta e reflexão crítica — que dialoga com a articulação entre o individual e o coletivo, o subjetivo e o objetivo — é o caso de Dadá. O uso da literatura afro-brasileira por parte do profissional, especificamente a obra de Dèlé (2019), proporcionou à criança, de forma lúdica, uma reflexão sobre seu corpo e, mais precisamente, sobre seu cabelo. Esse movimento favoreceu uma conexão com as relações sociais e com a construção de sua identidade. Em diálogo com Eurico (2020, p. 145), que, ao abordar os significados estéticos do corpo da mulher negra, destaca sua perspectiva sócio-histórica e antirracista, observa-se que:

> [...]remetem a busca pela afirmação da identidade da população negra e o reconhecimento positivo da herança africana. Portanto, é preciso demarcar o quanto a luta contra o racismo para uma parcela considerável da população negra está associada ao processo de transição capilar, superando o padrão de beleza branco/europeu.

Em um acompanhamento sensível e atento à perspectiva identitária de Dadá, foi possível afirmar sua identidade enquanto menina negra, ao passo que se estabeleceu uma crítica às formas de preservação de sua intimidade. Essa reflexão apoia-se no que Eurico (2020, p. 63) define como preconceito étnico-racial, entendido como um elemento orientador da organização das relações sociais, que cumpre a função de manter vivas, no cotidiano, expressões da ideologia racista introjetadas no imaginário social. No caso de Dadá, tal preconceito manifestava-se por meio do acesso violento ao seu corpo, ainda que, considerando sua fase peculiar de desenvolvimento, ela não o nomeasse diretamente como racismo, mas fosse capaz de reprová-lo de forma veemente.

Quanto ao caso de Talib, observou-se que, após o processo de cuidado sócio-individual e longitudinal, suas demandas individuais e coletivas foram emergindo e sendo construídas de maneira reflexiva. Tais demandas passaram a se configurar como questões sociais, raciais e geracionais, que ocuparam um lugar subjetivo de defesa e de medos relacionados ao encarceramento e à patologização. Esse aspecto é debatido por Duarte, ao afirmar:

> Esses fenômenos sociais e psíquicos são produzidos dialética e historicamente, um em relação ao outro, revelando que essa realidade social e concreta é sustentada à custa da vida psíquica e singular. É isso que nos invoca a reafirmar a denúncia do projeto manicomial e modelo psiquiátrico hegemônico brasileiro, na sua forma de segregação e exclusão social que determina que os sujeitos e seus corpos sejam higienizados, aprisionados, encarcerados, internados e medicalizados. (Duarte, 2021, p. 27)

Para o atendimento dessas demandas, mostrou-se imprescindível uma leitura fundamentada tanto na objetividade quanto na subjetividade, elementos que se manifestavam de forma intrínseca nos atendimentos realizados. Além disso, fez-se necessário sustentar uma reflexão baseada na totalidade da questão social, considerando as relações e correlações de forças presentes na realidade concreta vivida por Talib. Essa abordagem exigiu do assistente social uma atuação ampliada, que extrapolasse os encaminhamentos e a concessão de benefícios, voltando-se para uma orientação estratégica pautada no fortalecimento das relações do sujeito, promovendo cidadania, autonomia, ressignificação, condições de organização e, sobretudo, participação (Faleiros, 2013).

Foi por meio de abordagens que privilegiaram a aproximação sucessiva à realidade vivida por Talib que suas potencialidades puderam ser reveladas, e novas relações - familiares, coletivas e comunitárias - passaram a ser construídas.

Considerações finais

A presente pesquisa apresentou como as expressões da questão social se manifestaram no decorrer dos atendimentos sócio-individuais realizados com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como com seus familiares. Evidenciou-se a relação dialética e dialógica entre expressões subjetivas e objetivas da questão social, ao interseccionar diferentes categorias sociais, como gênero, raça e classe, além de valores, papéis e ideais sociais que incidem sobre os sujeitos de forma singular, exigindo do assistente social uma leitura crítica que articule dimensões subjetivas diretamente relacionadas à questão social.

O atendimento sócio-individual revelou-se um importante recurso da prática do assistente social, ao possibilitar a superação da dicotomia entre o social e o individual. Tal modalidade de atendimento transcende uma concepção

de indivíduo centrada exclusivamente em suas singularidades e emoções, permitindo identificar, nos sujeitos, os rebatimentos do que lhes é externo, coletivo e social. Especialmente no contexto de um acompanhamento em saúde, esse recurso demonstrou respeitar os processos de subjetivação envolvidos nas demandas apresentadas, mesmo diante de expressões objetivas da questão social, como a violência doméstica. O não conhecimento ou o não reconhecimento desse recurso pode acarretar comprometimentos relevantes no cuidado em saúde, assim como na qualidade do atendimento prestado.

Dessa forma, esta pesquisa corrobora a perspectiva de que a intervenção do assistente social pode - e deve - transitar entre as dimensões objetivas e subjetivas da realidade social, mantendo como eixo central de sua prática a questão social.

***Everton Borges Ribeiro** é Mestre em Saúde Coletiva pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Graduado em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social - SP. Tem experiência na área de Serviço Social e Saúde, com ênfase no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e no atendimento a homens autores de violência individualmente e em grupos reflexivos.
Contato: evertombor@hotmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6617730442699338
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9939-7367

****Edna Rosa Celes Luiz** é Especialista em Serviço Social e em Saúde pela UNIFESP. Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social. Assistente social na Equipe Especializada de Violência Contra Criança e Adolescente Vítima e testemunha de Violência, na Associação Comunitária Monte Azul.
Contato: edna.luiz@monteazul.org.br
Lattes: https://lattes.cnpq.br/7511820735685156
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-6773-1629

*****Ériko Batista Firmino de Souza** é Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro. Especialista em Saúde Mental pela UNIFESP. Diretor no Núcleo Supervisão e Avaliação das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - Oeste - do Governo do Estado de São Paulo.
Contato: ebfs.social@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3731814901908426
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-9214-0802

Recebido em: **25/11/2025**
Aprovado em: **20/05/2026**

Editor de texto: Jiulia Estela Heling
Editor-Chefe Discente: Sandro Adams

Como citar este texto: RIBEIRO, Everton Borges; LUIZ, Edna Rosa Celes; SOUZA, Ériko Batista Firmino de. Expressões da questão social no atendimento sócio-individual de vítimas de violência sexual. **Perspectivas Sociais,** vol. 12, n. 02, e1230615, 2026.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

DÈLÉ, O. **Lukenya:** e seu poder poderoso. São Paulo: LiteraRua, 2019.

DUARTE, M. J. de O. Racismo, subjetivação e saúde mental: contribuições para a reforma psiquiátrica antimanicomial. In: DAVID, E. C.; PASSOS, R. G.; FAUSTINO, D. M.; TAVARES, J. S. C. (Orgs.) **Racismo, subjetividade e saúde mental:** o pioneirismo negro. São Paulo: Hucitec, 2021.

EURICO, M. C. **Racismo na infância.** São Paulo: Cortez, 2020.

FALEIROS, V. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. **Serviço Social e Saúde**, São Paulo, v. 2, n. 1(32), p. 65-79, 2005.

FALEIROS, V. de P. **Globalização, correlação de forças e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2013.

FALEIROS, V. de P.; LOUREIRO, A. M. L.; PENSO, M. A. **O conluio do silêncio:** a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa. São Paulo: Roca, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia:** estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. **Violência sob o olhar da saúde:** infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MORAIS, E. dos S. **Subjetividade e serviço social:** desafios para a prática profissional. Curitiba: CRV, 2021.

OLIVEIRA, L. S. de. Transformações societárias, novas expressões da questão social e demandas para o serviço social: considerações acerca da violência contra a mulher. In: **Fazendo Gênero 9:** Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis: UFSC, 2010.

PAULINO, S. E. **De "caso" a sujeito – desafios da prática do assistente social no atendimento sócio-individual:** contribuições metodológicas. São Paulo: PUC-SP.

PASSOS, R. G. **"Na mira do fuzil":** a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SÃO PAULO (Município). **Coordenadoria Regional de Saúde Sul. Área Técnica de Atenção Integral à Saúde da Pessoa em Situação de Violência.** Dossiê Equipes Especializadas de Violência contra a Criança e Adolescente. São Paulo, 2021.

SÃO PAULO (Município). **Secretaria Municipal de Saúde.** Sistema de Informação de Agravos de Notificação da Coordenação de Vigilância em Saúde – SINAN NET – COVISA – SMS/SP. Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

SCHRAIBER, L. B. et al. **Violência dói e não é direito.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.